

INCLUSÃO EM EDUCAÇÃO: ALGUMAS INTERFACES

Mônica Pereira dos Santos, PhD. – PPGE/Faculdade de Educação/UFRJ

Introdução

Este artigo tem por objetivo discutir os resultados de pesquisa realizada entre 2004 e 2007 a partir de algumas interfaces com o tema inclusão em educação, a saber: políticas públicas de inclusão, práticas institucionais e de mediação e gênero. A pesquisa teve por objetivo investigar a formação de 1007 (em um universo de cerca de 4000 alunos) licenciandos da Faculdade de Educação da UFRJ com relação a uma orientação inclusiva de educação. As interfaces, por sua vez, originam-se dos resultados da referida pesquisa, os quais, em alguns momentos, deflagraram as mesmas como temas subjacentes às discussões sobre a formação inicial de professores “inclusivos”.

Por “orientação inclusiva” entendemos os esforços empreendidos pela instituição educacional (e seus membros) no sentido de se minimizar, ou eliminar, as barreiras que estudantes possam sofrer e que os impeçam de participar plenamente da vida acadêmica, por conta de suas diversidades oriundas de gênero, etnias, condições sociais, situações familiares, religião, habilidades acadêmicas, etc. (BOOTH, 1998).

Assim, verificamos, ao longo da análise dos dados coletados, que os temas-interfaces constavam como preocupação, explícita ou implícita, nos depoimentos de muitos sujeitos da pesquisa, quando eram solicitados a pensar em processos de inclusão e exclusão, tanto da perspectiva pessoal (de suas próprias vivências), quanto da perspectiva de quem observa ou reflete sobre a dialética inclusão/exclusão.

Para fins de melhor compreensão das discussões aqui propostas, este artigo foi organizado em algumas seções. Na primeira, trataremos da pesquisa como um todo, e dos depoimentos dela extraídos, a partir dos quais nos remetemos à reflexão sobre as interfaces aqui apresentadas.

Nas segunda, terceira e quarta seções, discutiremos brevemente os temas-interface, respectivamente: o de políticas internacionais de inclusão, o das práticas institucionais e de mediação e o de gênero.

Vale ressaltar que estes não foram os únicos temas emergentes para discussão a partir da pesquisa realizada. Entretanto, optamos pela priorização destes temas no presente artigo, com vistas a melhor podermos lançar as discussões a que nos propomos, na pretensão de desenvolver os outros temas em artigos futuros.

A Pesquisa

Como dito anteriormente, a pesquisa se propôs a investigar a percepção que docentes em formação inicial possuíam sobre processos de inclusão/exclusão, tanto a partir do que consideravam que sabiam sobre o assunto, quanto a partir de suas vivências relativas ao mesmo. Dentre os vários instrumentos utilizados para a coleta de dados (análise de documentos, observações, questionários e grupos focais), optamos por explorar melhor, neste artigo, os dados extraídos dos questionários e grupos focais, aliados a algumas de nossas observações.

O questionário foi composto por 42 questões, do tipo aberta e fechada. Estas questões foram divididas em seções, conforme o foco que nos propúnhamos a investigar a cada momento por meio do questionário. A primeira seção dedicou-se ao levantamento de dados pessoais dos respondentes. A segunda seção explorava suas percepções a respeito do conceito de inclusão a partir de suas vivências e em relação à definição de inclusão que defendemos (havia uma citação sobre inclusão no cabeçalho deste seção, a fim de que os respondentes se situassem nas questões a partir desta citação). A terceira seção concentrou-se na investigação da percepção dos sujeitos em relação às culturas, políticas e práticas institucionais de inclusão/exclusão. Uma última seção foi reservada a comentários livres por parte dos respondentes a respeito da pesquisa em si.

Os grupos focais foram realizados com um pequeno número de respondentes (12) após a finalização da pesquisa, ao longo de 06 encontros. Tiveram por objetivo não somente aprofundar algumas das reflexões inferidas a partir dos questionários e observações, como também proporcionar uma espécie de aprimoramento, relativo à inclusão em educação, à formação daqueles que se voluntariaram a realizar os grupos focais conosco.

Vale dizer que a análise realizada, tanto dos dados do questionário quanto dos grupos focais, perpassou a técnica da análise de conteúdo, conforme proposta e explicitada por Bardin (1977).

Os Dados e as Interfaces

Como dissemos, a primeira interface priorizada neste artigo refere-se ao tema “políticas públicas” de inclusão. Esta interface originou-se das respostas às perguntas que indagaram se os sujeitos consideravam relevante a discussão sobre educação inclusiva no curso de formação de professores, e em que grau (indispensável, muito importante, importante, mas dispensável e sem importância). Também originou-se de algumas respostas providas na última pergunta do questionário, em que os sujeitos puderam escrever livremente suas impressões, sugestões críticas ou comentários sobre a pesquisa e sua participação na mesma.

A segunda interface refere-se ao tema “políticas e práticas institucionais e de mediação” e derivou de respostas às perguntas que investigavam, particularmente, a percepção dos sujeitos sobre aspectos curriculares e relacionais na instituição, como por exemplo: o teor de “inclusividade” e exclusão verificados em certas disciplinas e nas práticas de certos docentes, e a existência (ou não), conforme percebida pelos respondentes, de relações mais ou menos excludentes entre personagens cotidianos (alunos, técnicos/funcionários, professores e gestores), entre si e para com os outros da instituição em seu dia-a-dia. Igualmente à interface anterior, as respostas à última questão, em que os sujeitos puderam se expressar mais livremente sobre a pesquisa, o assunto da mesma e sua participação nela, também serviram como fonte de inspiração à organização desta interface.

A terceira interface que constitui interesse do presente artigo é relativa ao tema “gênero”. Suas origens remontam às perguntas em que solicitávamos aos respondentes que relatassem experiências vividas ou testemunhadas de inclusão/exclusão, associassem palavras ao assunto ou, ainda, identificassem-se (por simpatia ou por identificação pessoal) com alguns grupos considerados pelo senso comum como minorias. Uma vez mais, a última questão (livre) também serviu como fonte de origem para que percebêssemos esta interface como mais uma emergindo das percepções de nossos sujeitos e, portanto, dignas de maiores reflexões.

Passemos, a seguir, à exploração sobre cada interface em relação às respostas observadas.

Políticas Públicas de Inclusão

No contexto da pesquisa, a pergunta relativa a se o respondente considerava importante ou não, e em que grau, a inserção da discussão sobre inclusão em sua formação, ligava-se estreitamente (embora não explicitamente) a nossas preocupações com as políticas, tanto institucionais quanto públicas, de inclusão. Ficamos, assim, satisfeitos em constatar que 53,23% (536) dos respondentes consideraram-na indispensável.

Para nós, esta constatação, aliada a outras, oriundas de respostas complementares presentes no questionário, e que, por motivos de falta de espaço, não podemos explorar no presente artigo, significou um grau de sensibilização e alerta à questão que deveria, mesmo, em nosso ver, constar da formação inicial de qualquer educador. Nossa alegria termina aí, entretanto, pois não podemos atribuir esta consciência ao próprio processo de formação fornecido pela Faculdade, a despeito do que desejaríamos, e como demonstrarão alguns depoimentos colhidos. Em alguns deles, observamos que os sujeitos, em tom de revolta, mostram com muita veemência a discrepância entre a formação recebida e a realidade vivenciada, o que, inevitavelmente, nos remete a discutir as políticas públicas de formação docente para uma orientação inclusiva e a maneira como as mesmas se assentam (ou não) nas bases institucionais.

Vejamos algumas destas falas:

“Acredito ser urgente a melhoria da nossa universidade pública para que possamos conviver de forma ética e organizada, sempre motivando a educação e a aprendizagem.”

“Acredito que uma relação mais direta entre o recém formado e as instituições de ensino possam se estreitar dando mais oportunidades ao então professor. Mais atividades culturais nas atividades dos alunos de licenciatura.”

“Por ser uma faculdade de educação, deveria ter mais respeito, pois aqui temos que compartilhar aulas, corredores, debates com outra pessoa de diferentes opiniões, etnias, religiões e etc.”

“Ao terminar o bacharelado, o aluno deveria sentir-se incentivado e envolvido para o ingresso na faculdade de educação, principalmente no que diz respeito à licenciatura. Os cursos em sua maioria, preocupam-se em formar pesquisadores, que visam ao mestrado e doutorado, em tornar-se futuros professores do terceiro grau.”

“Primeiramente a inclusão deve partir dos responsáveis pelas organizações do ensino, que devem ter consciência do que é inclusão. Depois dos professores, que devem ser melhor preparados, mais cursos, etc. e depois a sociedade em geral.”

“Na relação dentro de sala de aula, há uma preocupação por parte do professor e dos alunos de entrosamento e inclusão. Mas nos corredores e na vida dentro da FE há poucas atividades coletivas que congreguem os alunos. Faltam palestras, reuniões, grupos de discussões, atividades culturais... enfim, espaços mais amplos de sociabilidade.”

“E como ficam os professores do ensino fundamental e médio, bem como a sua preparação para atuar no mercado de trabalho? Será que os alunos são desinteressados ou a educação está doente? Existe um abismo após a conclusão da licenciatura. Uma sensação terrível que não deveria acontecer. É aqui que poderemos parar, pensar e tentar transformar os caminhos que nos espera dentro da universidade, e depois fora dela.”

“Precisamos urgentemente de um "espaço" para as nossas "falas". Necessitamos enormemente de "ouvidos" para as nossas lamentações. Espero que as "falas", que não são somente minhas, contidas neste questionário, sejam de fato "ouvidas".”

Depoimentos assim nos fazem levantar alguns aspectos para reflexão, conforme dissemos ser nosso objetivo central neste artigo. Para atender aos propósitos e dimensões do presente artigo, exploraremos apenas um deles: o que relaciona-se à coerência entre as políticas públicas e à sua implementação nas práticas institucionais. Já dizemos, há muito (SANTOS, 1995), que no Brasil não faltam políticas, mas faltam estratégias articuladas e inter-setoriais de implementação das mesmas.

Se pegarmos as inúmeras Declarações Internacionais como exemplo (em especial a declaração Mundial sobre Educação para Todos, de 1990, e a declaração Mundial sobre Educação Superior, de 1998, ou mesmo a nossa LDB (Lei 9394 de 1996), veremos que seus artigos estão repletos de consciência relativa a processos de exclusão nas instituições educacionais, à necessidade de se minimizá-las ou eliminá-las, bem como à importância em se garantir culturas, políticas e práticas institucionais inclusivas em seu cotidiano, ainda que nem todas adotem esta terminologia explicitamente. O sentido de defesa da promoção de inclusão, entretanto, está lá em seus textos (SANTOS, 1995).

A reflexão que cabe por ora (mas que não se esgota aqui) é: que lacunas acontecem entre a formulação e a implementação de uma política, de forma que, ao chegar às

bases, seus princípios fundamentais acabam não se verificando na prática, ou, quando verificado, muitas vezes é deturpado?

Políticas e Práticas Institucionais e de Mediação

Como dissemos anteriormente, esta interface derivou das indagações sobre a percepção dos sujeitos quanto a aspectos curriculares e relacionais na instituição, como por exemplo: o teor de “inclusividade” e exclusão verificados em certas disciplinas e nas relações mais ou menos excludentes entre personagens cotidianos. Derivou, ainda, de algumas respostas a questões abertas.

Em nossos dados, verificamos que as disciplinas da grade curricular da formação pedagógica foram consideradas inclusivas nos seguintes percentuais:

DISCIPLINAS	Percentual de Inclusividade das disciplinas, segundo a opinião dos respondentes
Sociologia da Educação	27,76%
Fundamentos Filosóficos da Educação	20,21%
Psicologia da Educação I	38,56%
Psicologia da Educação II	15,37%
Estrutura e Funcionamento do Ensino	13,69%
Didática Geral	46,64%
Didática Especial I	4,84%
Didática Especial II	1,63%
Prática de Ensino	5,7%

OBS: “Inclusividade” corresponde às respostas que englobaram as opções “muito inclusivo”, “inclusivo” e “razoavelmente inclusivo”.

Dois disciplinas se destacam quanto ao seu grau de inclusividade: Psicologia da Educação I (cuja ementa está voltada para a compreensão do desenvolvimento Humano) e Didática Geral (cuja ementa enfoca métodos e técnicas de ensino e controle e manejo de classe).

Curiosamente, esperávamos que pelo menos as disciplinas Psicologia da Educação II (cuja Ementa volta-se para a compreensão dos processos de ensino e aprendizagem) e Sociologia da Educação (que discute, como parte de suas preocupações ementárias, aspectos como poder e conflitos, em nossa visão, intimamente vinculados à compreensão de processos de exclusão/inclusão) tivessem obtido maior grau de inclusividade na visão dos respondentes, o que não se confirmou.

Verificamos, ainda, referente ao **relacionamento interpessoal**, os seguintes percentuais de inclusividade e sua correspondência em número de respondentes:

RELACIONAMENTO	Respondentes que consideraram os relacionamentos inclusivos
Aluno-aluno	77,06% (N= 775)
Professor-aluno	83,02% (N= 836)
Funcionário-aluno	23,74% (N= 239)
Professor-funcionário	18,96% (N= 191)
Funcionário-funcionário	22,05% (N= 222)
Professor-professor	34,26% (N= 345)
Direção-aluno	20,86% (N= 210)
Direção-funcionário	12,01% (N= 121)
Direção-professor	18,28% (N= 184)

OBS: "Inclusividade" corresponde às respostas que englobaram as opções "muito inclusivo", "inclusivo" e "razoavelmente inclusivo".

Como se vê, os relacionamentos considerados percentualmente mais inclusivos foram os entre alunos e entre professores e alunos. Na direção oposta, 52,44% (528) dos respondentes consideraram a relação funcionário-aluno pouco e nada inclusiva, seguida da relação direção-aluno, com 42,30% (426).

Por sua vez, os relatos são contundentes em suas análises, colocando em questão qualquer interpretação imediatista da instituição como sendo majoritariamente inclusiva. Vejamos alguns:

"A FE não demonstra (não aparenta, se ninguém sabe, é porque não há esforço para sabermos) ter esforços para incluir (ajudou os alunos, tão pouco não é verificado a existência de discussões sobre o assunto com os alunos. Seria ideal que o corpo discente pudesse participar de discussões à respeito do tema, e de outros, sendo ouvida sua opinião e necessidades. Acho que um dos grandes problemas da FE é que há uma "descentralização" e não há esforço para que haja uma união. São cursos diferentes, e somente o CA da Pedagogia atua por aqui. Os professores também não interagem com a própria faculdade. A FE é apenas como um cursinho, em qualquer lugar, que o professor vem, os alunos chegam, a aula é dada e todos vão embora. Não há nenhum vínculo com a universidade, com o espaço, com alunos, professores, funcionários."

"Gostaria de chamar a atenção da coordenação da faculdade de ensino para o descaso com que os alunos do período da noite vêm vivenciando. Não temos a quem recorrer em casos de emergência já que a coordenação nunca está disponível nesse turno. Estamos em meados de abril e só tivemos a nossa primeira aula de psicologia da educação na semana passada. Perdemos um mês de aula, sem que qualquer informação nos fosse dada sobre o paradeiro da professora. Para uma faculdade que está preocupada com a questão da inclusão, me parece contraditório que ninguém tenha se preocupado em ligar para os alunos que não têm sequer dinheiro para a passagem, e vieram todos esses dias na esperança de terem aula. À noite, a faculdade parece estar abandonada às moscas, pois não vemos funcionários, coordenadores, a seção de ensino nunca está aberta, etc... Tenho amigos que são deficientes físicos e que vêm adiando vir

para cá já que estão impossibilitados de "galgar" os tortuosos degraus da faculdade de ensino."

Um exemplo lamentável está em relatos que denunciam uma discriminação existente entre alunos oriundos de diferentes unidades (relatada por eles mesmos), a despeito do alto percentual de inclusão atribuído às relações entre alunos. Isso nos preocupa bastante, pois, se somos todos educadores e juntos colaboramos para a formação do cidadão, é inadmissível que esse tipo de atitude aconteça dentro de um espaço de formação, no caso a FE/UFRJ.

De uma coisa, entretanto, podemos ter certeza absoluta a partir destes dados: os funcionários da instituição em questão precisam de treinamento a respeito de como lidar com o público, segundo a concepção do mesmo, como mostram os depoimentos abaixo:

"Melhorar o atendimento na seção de ensino, pois mesmo em horário de expediente, não encontramos funcionários."

"Acho que os funcionários da direção poderiam nos tratar com mais respeito, uma vez que nós alunos os respeitamos. Pedir uma informação, ou mesmo orientações, não é ofensa. Sinto-me perdida às vezes porque não tenho coragem de pedir orientações aos funcionários por temê-los."

"Gostaria que fossem tomadas as devidas providências quanto ao relacionamento funcionário-aluno nesta faculdade de educação. Sugiro que seja feita uma reunião com estes servidores públicos para identificar se o problema que os aflige é relativo ao salário, particulares, etc. Por favor, peço que identifiquem estes problemas para que a comunidade acadêmica não se sinta mais excluída devido à má vontade, desconsideração, desorganização, desrespeito e descaso por parte de alguns funcionários."

Gênero

A terceira interface, como dissemos, é relativa ao tema "gênero" e origina-se das perguntas em que solicitávamos aos respondentes que relatassem experiências vividas ou testemunhadas de inclusão/exclusão, associassem palavras ao assunto ou, ainda, identificassem-se (por simpatia ou por identificação pessoal) com alguns grupos considerados pelo senso comum como minorias.

Em nossos dados, identificamos, na questão 30, que solicitava que os respondentes escrevessem até 6 palavras que associassem à idéia de exclusão, duas ocorrências para a palavra homossexualidade, seis para sexualidade, uma para gênero, uma para gay e 159 para preconceitos em geral, num total de 2451 ocorrências de palavras em

geral. Quantitativamente falando, estas incidências podem aparentar pouca importância, mas considerando-se o que foi até aqui discutido, parece-nos pertinente analisar esta questão, mais mencionada do que, por exemplo, a questão das cotas, que, à época da coleta dos dados, estava em franca mobilização e causando reações de grande sensibilidade, quando abordada.

Além disso, na questão 38, em que se pediu para que assinalassem os grupos com cujas causas mais se identificassem, o dos homossexuais ficou em 7º lugar, dentre 18 alternativas. Levando-se em consideração que as mais escolhidas (pobres, negros, idosos, deficientes e superdotados, aposentados e deficientes mentais) fazem, pelo menos em teoria, mais parte das preocupações do senso comum e da mídia do que a dos homossexuais (que somente há cerca dos 3 últimos anos têm alcançado maior destaque na mídia), consideramos que o sétimo lugar em escolha para a categoria homossexualidade seja digna de atenção.

Reconhecemos que as discussões sobre gênero não se restringem à questão da homossexualidade (LOURO, 1997). Por outro lado, não podemos deixar de reconhecer, igualmente, que esta pode ser incluída naquela, de forma geral. Não constitui foco do presente artigo discutir os “comos” e os “porquês” desta associação. Interessa-nos, muito mais, refletir acerca do assinalamento da luta pela inclusão social da categoria dos homossexuais como sendo uma das mais simpáticas aos olhos de nossos respondentes.

Estaria este assinalamento significando maior grau de conscientização por parte dos universitários a respeito do tema? Seria tal marcação associada à identificação sexual dos respondentes? Seria ela, ainda, representativa de um movimento de visibilidade por parte deste grupo? Não sabemos com certeza, mas podemos afirmar que o aparecimento destas preocupações se nos apresenta como importante, posto que este é um grupo que, certamente, e a despeito de seu não reconhecimento e valorização como grupo social (ainda) em nossa preconceituosa sociedade, está presente em nossas salas de aula, e por este motivo mesmo, não gostaríamos que esta pesquisa fechasse seus olhos para isto. Pareceu-nos, assim, importante marcar o seu aparecimento em meio aos dados coletados.

Considerações Finais

Ao final do presente artigo, cabe-nos retomar seu objetivo central e marcarmos algumas posições. Nosso objetivo central foi provocar algumas reflexões a partir de parte dos dados da pesquisa descrita, que, por sua vez, tratou de investigar o perfil, em relação a uma orientação “inclusiva” do futuro profissional, da formação docente inicial de 1007 alunos da Faculdade de Educação da UFRJ, uma representativa Universidade, nacional e internacionalmente falando.

Identificamos que este perfil tanto denuncia quanto é vítima de exclusões. Identificamos, ainda, que tais exclusões se originam de muitas maneiras, nas dimensões da cultura institucional, de suas políticas (mesmo que seja porque por vezes não fiquem claras) e de suas práticas (em todos os sentidos, entre todos os atores). Neste artigo, classificamos e discutimos as percepções sobre as exclusões e a inclusão em termos das políticas públicas, das políticas e práticas institucionais, e de um tema específico, o do gênero, pelo viés da homossexualidade.

Vale finalizar dizendo que o que aqui se colocou, como em qualquer pesquisa comprometida com a transformação social, terá sido apenas um começo. Um começo de uma jornada investigativa que, em nosso ver, não tem fim, pois como já dissemos inúmeras vezes, a cada novo desafio de exclusão vencido, novas exclusões tornam-se visíveis, como, talvez, tenha sido o caso da homossexualidade neste trabalho: algo que nem se esperava aparecer, mas que apareceu, ainda que timidamente.

Nesta jornada sem fim, o que não pode ser deixado de lado é a persistência e o compromisso com a denúncia, mas também com a ação e a decisão informada, fundamentada em dados que nos permitam, sempre, seguir o caminho ético, o caminho que promova a justiça e a igualdade entre seres, povos e sociedades. É neste sentido que esta pesquisa cumpre seu papel político, social e militante: o de apontar, denunciar, desvelar, revelar e, acima de tudo, propor.

Finalizamos propondo, portanto, ao leitor, que não se acostume com os depoimentos aqui relatados nem com as situações apontadas, mas que faça deste conhecimento a semente para reconhecer a si mesmo como um possível agente de mudança, que use este conhecimento para alimentar sua sensibilidade e capacidade de indignação a fim de que, refletidamente, tome decisões que, fundamentadas nos princípios inclusivos de justiça, paz e igualdade social, repita as práticas aqui consideradas “boas”, e combata, sempre, aquelas que considere excludentes.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BOOTH, Tony. & AINSCOW, Mel. (eds) **From them to Us**. London, Routledge, 1998.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SAWAIA, Bader (org.). **As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social**, Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

SANTOS, M. P. dos (1995) **Integration Policies in a Brazilian Southeastern Capital: Formulation, Implementation and Some Comparisons with Four Other European Countries**. Tese de Doutorado, Institute of Education, University of London.